

## ***O EXERCÍCIO DO PODER NA ILHA DE SANTIAGO ENTRE 1767 E 1796***

MARIA TERESA AVELINO PIRES C. NEVES

Investigadora do CHAM da UNL e colaboradora do CEHCA do IICT  
[mteresavelinopires@gmail.com](mailto:mteresavelinopires@gmail.com)

### **Resumo**

Este artigo pretende analisar o exercício do poder na ilha de Santiago durante os últimos trinta anos de setecentos, na perspectiva da actuação política do coronel João Freire de Andrade e da “casa” que ele representava. A sua figura emerge em 1761. Nessa altura era capitão-mor de um forte da cidade da Ribeira Grande de Santiago mas rapidamente ascendeu na hierarquia da instituição militar e política local. Rico proprietário de terras, era designado “João Freire da Covada” devido à posse desta terra vinculada, herdada, entre outras, dos dois ramos da sua família terratenente.

A sua vida política foi inicialmente ofuscada pela preponderância do seu cunhado, o coronel de Ordenanças, Manuel Gonçalves de Carvalho. Foi este militar quem patrocinou a sua nomeação ao posto de coronel e com quem partilhou o seu primeiro governo interino de cariz camarário entre 1767 e 1769 - o governo dos coronéis cunhados.

O segundo governo interino (1776 a 1777) proporcionou-lhe então a oportunidade de praticar o despotismo. Apoiado numa rede de correligionários e nos membros da sua família, procurou controlar as forças das Ordenanças, a Casa da Misericórdia, a Câmara e a justiça até à segunda instância. Alternou no exercício do máximo poder político local com mais três governadores e o Bispo, para além dos já referidos governos interinos, nos de 1781 a 1783, de 1783 a 1785 e de 1795 a 1796.

Para além de analisar a conjuntura em que ocorreram esses governos interinos do coronel João Freire de Andrade, as relações com os governadores de nomeação régia, e os entraves colocados pela sua “casa” à acção governativa dos representantes da Coroa, importa, no final, questionar o papel desta figura na história das ilhas da segunda metade do século XVIII.

**Palavras-chave:** Casa, Companhia do Grão-Pará e Maranhão, coronel de Ordenanças, governador, governo interino, juiz ordinário, mandato trienal, ouvidor-geral, pelouro, poder e triunvirato.

\*

A análise do exercício do poder na ilha de Santiago durante os últimos trinta anos de setecentos, para além da avaliação do desempenho dos governadores e das relações desenvolvidas por estes com as instituições locais e os representantes régios nas ilhas de Cabo Verde, não se pode dissociar da actuação política do coronel João Freire de Andrade<sup>1</sup> e da “casa” (entendida no sentido antropológico do termo) que ele representava.

As balizas apontadas nesta comunicação marcam precisamente o primeiro e o fim do último governo interino de que fez parte e liderou. O que lhe facultou o acesso ao poder foram as directivas régias expressas desde o século anterior que, na tentativa de evitar vazios de poder, possibilitaram, primeiro, aos oficiais da Câmara da cidade da Ribeira Grande de Santiago, depois, ao oficial militar de maior patente em exercício, ascender ao governo interino em caso de vagatura do seu titular.

---

<sup>1</sup> Biografia em preparação.

## **O GOVERNO DOS CORONÉIS MANUEL GONÇALVES DE CARVALHO E JOÃO FREIRE DE ANDRADE (1767-1769)**

A vida política de João Freire de Andrade foi inicialmente ofuscada pela figura do cunhado, o coronel Manuel Gonçalves de Carvalho.<sup>2</sup> Foi este militar quem patrocinou a sua nomeação ao posto de coronel e com quem compartilhou o seu primeiro governo interino de cariz camarário entre 1767 e 1769. Eram então juizes ordinários da Câmara da cidade da Ribeira Grande quando faleceu, em Maio de 1767, o governador João Jácome Baena Henriques e assumiram o governo interino. Foi o governo de uma “casa”, a dos Freire de Andrade, que se serviu do poder para o seu favorecimento pessoal, para distribuir cargos militares e ofícios civis a familiares e correligionários, para engrossar a clientela e praticar violências contra os opositores ou quem ousasse questionar as suas acções.<sup>3</sup> Exercendo o poder de forma absoluta, desrespeitando o ouvidor-geral entretanto enviado de cuja fraqueza de carácter souberam tirar partido, os coronéis cunhados dominaram as ilhas de Cabo Verde até 13 de Dezembro de 1769 quando deram posse a Joaquim Salema de Saldanha Lobo<sup>4</sup> (Cfr. Quadro final).

## **O GOVERNO DE SALDANHA LOBO (1769-1776)**

Logo após a sua tomada de posse, o governador foi confrontado com inúmeras queixas dos moradores, com petições e acusações formais contra o governo interino dos coronéis cunhados. Teve a habilidade suficiente para forjar uma sólida união com o fraco ouvidor-geral desrespeitado pelos coronéis proceder às necessárias devassas. A consciência dos abusos de poder cometidos durante mais de 2 anos de governo interino levou os coronéis cunhados a tentar uma fuga. Descoberto o plano, foram presos e a 9 de Abril de 1770 foram enviados para a Corte, tendo dado entrada na cadeia do Limoeiro onde permaneceram durante 6 anos.

Saldanha Lobo governou de forma exemplar, em dois mandatos sucessivos. De uma das suas primeiras propostas que procurava evitar a instrumentalização do poder interino como meio de retaliação das duas facções existentes na ilha, resultou uma ordem régia promulgada 3 meses depois (Julho de 1770) que estipulava que em caso de óbito ou falta do governador, o governo interino recairia no oficial militar de maior patente em exercício, tal como se praticava nas capitanias do Brasil.<sup>5</sup>

Durante o seu governo, Saldanha Lobo enfrentou duas batalhas difíceis de vencer: primeira, a mais terrível estiagem e mortalidade de que os moradores tinham memória. No ano de 1772, uma praga de gafanhotos provocou a perda das colheitas em Santiago. Nos anos seguintes, 1773 e 1774, as estiagens assolaram todas

---

<sup>2</sup> Sobre este assunto veja-se o meu estudo de caso “A ascensão de Manuel Gonçalves de Carvalho a presidente do governo interino das ilhas de Cabo Verde,” policopiado, 2011.

<sup>3</sup> Sobre os pormenores deste governo interino veja-se o capítulo VII da minha tese de doutoramento *O Município nas Ilhas de Cabo Verde – Séculos XV a XVIII*, apresentada na Universidade Nova de Lisboa, 2009.

<sup>4</sup> AHU, *Cabo Verde*, cx. 31, doc. 27, carta do governador Joaquim Salema de Saldanha Lobo, 12 de Fevereiro de 1770.

<sup>5</sup> *Idem*, cx. 31, doc. 50, ordem régia, 21 de Julho de 1770.

as ilhas e a fome instalou-se, consequência do desaparecimento da produção agrícola, dos pastos e do gado; o negócio das reses arruinou-se e a urzela não era apanhada. A razia demográfica foi avassaladora. Em Santiago, a ilha mais devastada, a mortalidade terá atingido de cerca de 52,5 % da população e a menos afectada, a ilha da Boavista, cerca de 12,7% até ao ano de 1775.<sup>6</sup> Nas listas das pessoas que anualmente trocavam os seus escravos por mantimentos fornecidos pelos navios encontram-se os nomes dos mais importantes escravocratas da ilha e até do governador.<sup>7</sup> A segunda batalha que o governador teve de enfrentar foi a desenfreada exploração económica que a Companhia do Grão-Pará e Maranhão exercia sobre os moradores, mesmo durante o período da estiagem, tendo conseguido amaciar um pouco a sua política e obter mantimentos que enviou para as diversas ilhas.

Foi neste contexto de dificuldades acrescidas para o governador que os coronéis cunhados, Manuel Gonçalves de Carvalho e João Freire de Andrade, regressaram à ilha com uma provisão passada pelo Conselho Ultramarino, em nome do rei, para que fossem reintegrados nos seus postos. Cerca de quatro meses depois do seu regresso, a 3 de Julho de 1776, falecia o governador com a mácula de não ter dado cumprimento a essa ordem do seu soberano.

### **O SEGUNDO GOVERNO DO CORONEL JOÃO FREIRE DE ANDRADE (1776-1777)**

Os coronéis cunhados agiram logo a seguir à notícia do falecimento de Saldanha Lobo. Não eram governadores interinos mas habilmente fizeram que tal parecesse, interpretando abusivamente a resolução régia sobre a sucessão dos governadores, entretanto reformulada. A nova versão ordenava que o governo interino deveria associar ao oficial militar de maior patente em exercício, o bispo e o ouvidor-geral, ou seja, devia constituir-se um triunvirato governador.

Sem estar na posse nem no exercício do posto de coronel, Manuel Gonçalves de Carvalho apoderou-se do cargo de governador das armas, uma das prerrogativas dos governadores, e passou uma portaria aos administradores da Companhia do Grão-Pará para a entrega da pólvora necessária às cerimónias fúnebres. No dia seguinte ao do enterro, escreveu à Câmara a justificar as medidas tomadas com a urgência das providências a tomar e declarava que por causa das enfermidades de que sofria, cedia o seu direito de coronel mais antigo a João Freire de Andrade. Tudo isto, apesar de haver na cidade um sargento-mor da ilha, auxiliar do governador, e um capitão-mor de uma praça marítima, a vila da Praia, ambos pertencentes à tropa paga a soldo pela Fazenda Real. A questão que se colocava era: Quem teoricamente estaria incumbido do governo interino por patente militar mais elevada? Um coronel de terço auxiliar de Ordenanças teria patente superior a um capitão-mor de uma praça marítima com guarnição, presídio e estandarte real ou à

---

<sup>6</sup> *Idem*, cx. 34, doc. 37, mapas anexos à carta do governador Saldanha Lobo, 22 de Julho de 1775.

<sup>7</sup> *Idem*, cx. 35, doc. 13, carta do governador Saldanha Lobo, 20 de Março de 1776.

do próprio sargento-mor da ilha pertencente à tropa paga? O capitão-mor da vila da Praia, o reinol José Évora de Macedo, ainda argumentou sobre o caso e apresentou as razões da sua prioridade numa carta endereçada ao coronel João Freire de Andrade em que, de modo sintomático, o apelidava de “Senhor Governador”<sup>8</sup> Reconhecia, tacitamente, que o único membro do triunvirato que realmente detinha o poder era o coronel. Todavia, receoso do que poderia acontecer devido às vozes que já circulavam sobre a “oposição,” limitou-se a aconselhar um pedido de esclarecimento por parte do poder central. Contudo, Freire de Andrade seguiu à letra a decisão do coronel seu cunhado e autointitulando-se governador das armas, praticou o ritual correspondente ordenando ao sargento-mor da praça “Ihe fosse tomar o Santo,”<sup>9</sup> Em seguida, nomeou-o secretário do governo, anexando dois cargos incompatíveis numa só pessoa.

Foi um curto governo de 10 meses durante o qual o coronel não respeitou os seus pares, o primeiro juiz ordinário da Câmara cidade, Luís Tavares de Sousa (uma vez que não havia ouvidor-geral) e o cônego Nicolau da Fonseca Araújo (em lugar do bispo, inexistente).<sup>10</sup> De novo governou de forma despótica. Poucos dias depois da tomada de posse, entre 3 e 16 de Julho de 1776, o governo interino de João Freire de Andrade procedia à colocação dos seus partidários em postos-chave das Ordenanças, utilizando os mais diversos pretextos nos provimentos dos postos militares de chefia (capitães, capitães-mores das fortalezas e sargentos-mores dos Regimentos), alterando-os por motivos de baixas, doenças ou incapacidades.<sup>11</sup>

As fontes revelam que a partir deste governo começou a opulência dos Freire de Andrade, sobretudo através da apropriação dos recursos do hospital e dos bens da Casa da Misericórdia. Nos anos seguintes, através de eleições fraudulentas, monopolizaram o cargo de provedor dessa Santa Casa e delapidaram a sua riqueza com vendas de terras vinculadas e compras de géneros desnecessários ou em quantidades excessivas para o fornecimento da Misericórdia que depois eram revendidos a outros preços e em proveito próprio dos membros da casa Freire de Andrade. É curioso e comprovativo, analisar os róis dos géneros que se compravam, os preços praticados e as pessoas que costumavam fazer o fornecimento desses bens.

A abertura dos pelouros para o ano de 1777 trouxe um pequeno revés para o coronel Freire de Andrade uma vez que com a eleição do coronel José dos Reis Borges, homem notável e isento, para primeiro juiz ordinário da Câmara da Ribeira Grande e, consequentemente, para o governo interino em vez do ouvidor-geral, o triunvirato passou a contar com dois membros que não faziam parte da sua facção. O coronel ficou um

---

<sup>8</sup> AHU, *Cabo Verde*, cx. 35, doc. 26, carta do capitão-mor da vila da Praia, 11 de Julho de 1776.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> AHU, *Cabo Verde*, cx. 35, doc. 24, carta da junta interina, 13 de Julho de 1776 e cx. 36, doc. 31, certidão do auto de posse, 23 de Julho de 1777.

<sup>11</sup> Ver as cartas patentes passadas nesse intervalo de tempo, *Idem*, cx. 35, docs. 31, 32, 33, 34, 35.

pouco isolado, mas foi por pouco tempo visto que quatro meses e meio depois da abertura dos pelouros o próprio dava posse ao governador nomeado, António do Vale de Sousa e Meneses, a 21 de Maio de 1777.

### **O GOVERNO DE ANTÓNIO DO VALE DE SOUSA E MENESES (1777-1781)**

Apesar da perseverança demonstrada no exercício do poder, as cartas iniciais deste governador revelam grande desânimo com a situação de degradação encontrada nas ilhas. Afirmava que era desnecessário tomar posse das fortalezas porque não havia nada do que se pudesse fazer entrega e inventário. Realmente, os fortes de São João e Santo António estavam desmantelados, a Fortaleza Real tinha uma parte da muralha demolida e o interior arruinado; nas restantes fortalezas ainda de pé, as peças existentes estavam descavalgadas e do mesmo modo estava a fortaleza da praça da vila da Praia, com as peças de artilharia inutilizadas, sem balas e sem pólvora.<sup>12</sup> A falta recursos humanos para o preenchimento das companhias milicianas era outro problema decorrente das secas e da mortandade passadas. Os poucos oficiais e praças em serviço estavam debilitados pelas secas, pelas fomes e pelo multiplicado trabalho que nos tempos das estiagens tiveram com as tarefas suplementares tais como o enterramento dos mortos, o policiamento das povoações, a distribuição de mantimentos etc.).

De qualquer modo, António do Vale de Sousa e Meneses cumpriu e até ultrapassou os três anos regulamentares do seu mandato (Cfr. Quadro final) tendo actuado com bastante firmeza face aos abusos da Companhia do Grão-Pará e Maranhão e se não conseguiu que os administradores da Companhia mandassem reedificar as fortalezas conforme estipulavam as condições do seu contrato, pelo menos conseguiu que disponibilizassem uma embarcação para fazer o circuito entre as ilhas.

Foi substituído em 19 de Fevereiro de 1781 pelo governador **Duarte de Melo da Silva e Castro de Almeida** que um mês depois da sua chegada a Santiago faleceu, a 19 de Março de 1781, vítima da famigerada “doença da terra.”<sup>13</sup>

### **O TERCEIRO GOVERNO DO CORONEL JOÃO FREIRE DE ANDRADE (1781-1783)**

Invocando a sua posição de coronel mais antigo das forças milicianas, João Freire de Andrade acedeu novamente ao poder com uma junta governativa meramente simbólica. Recusou liminarmente o representante eclesiástico no governo, o cônego Francisco Robalo que servia de deão e embora o 1º juiz camarário fizesse parte do governo, só o coronel era reconhecido por governador interino e só em seu nome se passavam os passaportes para as outras ilhas e se confirmaram algumas patentes.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> AHU, *Cabo Verde*, cx. 36, doc. 17, carta do governador António do Vale de Sousa e Meneses, de 30 de Julho de 1777.

<sup>13</sup> *Idem*, cx. 40, doc. 55, cx. 41, doc. 6, consulta do Conselho Ultramarino, 7 de Fevereiro de 1782.

<sup>14</sup> *Idem*, cx. 41, docs, 40, 45 e 46.

Exerceu o poder de forma absoluta, não admitindo qualquer contestação à sua autoridade. Apoiava-se no domínio da maioria das forças milicianas já que, além do seu Regimento, podia contar com o do seu cunhado, o coronel Manuel Tavares da Silva<sup>15</sup> que entraria para o triunvirato governador a partir da eleição dos pelouros de Dezembro de 1782. Dos três Regimentos militares existentes, apenas um era comandado por um membro da facção oponente ou o que dela restara, o coronel José Maria Cardoso.<sup>16</sup>

Um ano depois continuava a governar com o juiz ouvidor, seu cunhado, quando a rainha D. Maria I encarregou o bispo do governo interino das ilhas “não obstante o alvará régio que regulava a sucessão do governador.”<sup>17</sup> A carta régia, datada de Agosto, só foi promulgada em Novembro de 1782 e enquanto a ordem não chegava Santiago, João Freire de Andrade continuava a governar. Tudo parecia conjugar a favor do coronel. A burocracia, a distância, a residência do Bispo em São Nicolau facilitavam as ambições do coronel e a sua manutenção no poder. E não só; uns tantos militares, sobretudo capitães, regressaram ao Reino e alguns óbitos de militares detentores de cargos de chefia permitiram ao coronel reforçar em postos chave a rede de clientelas com os seus parentes e partidários. Multiplicavam-se as patentes que se tinham transformado num lucrativo negócio durante este governo interino. É sintomático verificar que nas petições os impetrantes escrevem “o governador das ilhas de Cabo Verde,” ou até “o governador João Freire de Andrade” em vez de “os governadores” ou “a junta governadora.” Algumas provisões e patentes são assinadas apenas pelo coronel João Freire de Andrade<sup>18</sup> e esta situação de poder individual e absoluto permaneceu até 12 de Abril de 1783 quando o Bispo D. Frei Francisco de São Simão, depois de um périplo pelas ilhas, chegou finalmente a Santiago.<sup>19</sup>

### **O GOVERNO DO BISPO D. FREI FRANCISCO DE SÃO SIMÃO (ABRIL A AGOSTO DE 1783)**

A 23 de Abril de 1783 a Câmara dava posse ao bispo D. Frei Francisco de São Simão. Todavia, o governo do Bispo durou pouco mais de 3 meses mas o prelado ainda conseguiu pôr em prática uma ideia antiga, a da construção de um seminário para a educação de jovens. Escolheu o sítio da Ribeira da Prata do Tarrafal, 18 léguas distante da cidade, onde passou a residir e deu início à construção do seminário e onde também faleceu a 10 de Agosto de 1783. Aí foi sepultado, conforme determinou em seu testamento.

### **O QUARTO GOVERNO DO CORONEL JOÃO FREIRE DE ANDRADE (1783-1785)**

---

<sup>15</sup> *Idem*, cx. 42, doc. 11,

<sup>16</sup> AHU, *Cabo Verde*, cx. 42, doc. 31.

<sup>17</sup> *Idem*, cx. 41, doc. 21, resolução régia de 19 de Agosto de 1782.

<sup>18</sup> *Idem*, docs. 38, 39, 40, 41, 42 ... a 50.

<sup>19</sup> *Idem*, cx. 41, docs. 33 e 34, cartas do bispo e da Câmara, 24 de Abril de 1783.

A sorte favorecia de novo João Freire de Andrade que, como coronel de patente mais antiga, pôde avocar novo governo interino. Tal como na vacância anterior, rejeitou o representante eclesiástico que devia fazer parte do triunvirato e governou juntamente com o seu cunhado, o coronel Manuel Tavares da Silva que continuava a servir de juiz ouvidor. Com efeito, as numerosas patentes são assinadas apenas por estes dois membros da junta governadora e só seis meses depois comunicaram ao governo central o óbito do bispo D. Frei Francisco de São Simão.<sup>20</sup>

Logo após o falecimento do bispo inventariaram os seus bens em Santiago e São Nicolau e mandaram-nos vender, não respeitando as instruções precisas que o prelado dera sobre a não ingerência das justiças seculares na inventariação dos seus bens, precisamente para evitar que fossem vendidos, com excepção dos comestíveis que seriam destinados aos pobres. Por isso tinha determinado que o cabido haveria de nomear um juiz eclesiástico que depois entregaria tudo ao procurador da mitra,<sup>21</sup> mas o novo governo de Freire de Andrade não honrou os seus últimos desejos.

No que diz respeito à actuação como governo, muito se poderia dizer acerca da recepção e extravio dos ofícios expedidos pela Secretaria do Estado e das incumbências solicitadas que possibilitaram a recepção de géneros e arrecadação de 1.472\$000 (um conto, quatrocentos setenta e dois mil réis), importância de uma barra de ouro que ficou em poder do coronel João Freire de Andrade.

Como qualquer governo regular, alargaram as suas jurisdições às restantes ilhas, tendo procedido ao provimento de capitães da guarnição da ilha do Fogo. Mas foram longe de mais quando, em virtude do falecimento do comandante da praça de Cacheu em Dezembro de 1783, o nomeado para o substituir foi o coronel Manuel Tavares da Silva,<sup>22</sup> cunhado de João Freire de Andrade e segundo membro do governo interino.

Dois factos alteraram então as relações de força e de poder estabelecidas na ilha. A chegada do novo capitão-mor da vila da Praia, Luís Pedro de Araújo e Silva e do ouvidor-geral José Ferreira da Silva.

O primeiro, reinol recém-nomeado capitão-mor da vila da Praia, contestou energicamente a legitimidade do coronel no poder, o que lhe valeu pouco depois uma ordem de prisão. Não desistiu e em diversas cartas endereçadas ao poder central questionou a primazia do posto do coronel Freire de Andrade sobre a sua patente militar. Segundo, as ilhas tinham estado cerca de sete anos sem ouvidor-geral o que permitia a João Freire de Andrade orientar toda a jurisdição judicial em segunda instância sempre que podia colocar na

---

<sup>20</sup> *Idem*, cx.42, doc. 4, carta da junta interina, 22 de Fevereiro de 1784.

<sup>21</sup> *Idem*, cx. 42, doc. 6, carta do procurador da Mitra, coronel José Maria Cardoso e carta do cabido da sé a Martinho de Melo e Castro, 23 de Fevereiro de 1784.

<sup>22</sup> *Idem*, cx. 42, docs. 23 e 24, consultas do Conselho Ultramarino, 9 de Junho de 1784.

Câmara um partidário como primeiro magistrado camarário que passava a desempenhar essas funções do ouvidor-geral. A partir de 21 de Abril de 1784 mudaram as circunstâncias com a chegada do novo magistrado, José Ferreira da Silva. Inteirando-se da situação insólita, um triunvirato governativo em teoria mas na prática um único membro reconhecido por governador interino, dispôs-se a cumprir as determinações régias e procedeu a uma reorganização do governo (que o coronel Freire de Andrade vivamente impugnou) dando posse ao tesoureiro-mor que ocupava o cargo de deão, como adjunto do governo. Durante os restantes meses até à chegada do governador António Machado de Faria e Eça (1 de Abril de 1785) o coronel não teve grande margem de manobra, vendo-se obrigado a governar em triunvirato com o ouvidor-geral e o representante eclesiástico.

### **O GOVERNO DE ANTÓNIO MACHADO DE FARIA E EÇA (1785-1790)**

Pouco depois do início do seu mandato, estalavam as clássicas discórdias entre o governador e o ouvidor-geral que foram habilmente capitalizadas pela família Freire de Andrade no sentido do aliciamento do magistrado régio. Enredado por D. Violante Freire de Andrade, irmã do coronel, o ouvidor-geral “esqueceu-se” dos descaminhos dos bens da Casa da Misericórdia que tanto denunciara inicialmente assim como do despotismo do coronel na monopolização do governo interino que ele próprio teve de reformular.

Não podendo contar com o apoio do ouvidor-geral com quem estava em permanente conflito e tendo de enfrentar os constantes entraves colocados à sua acção governativa pelo coronel e seus correligionários, o governador António Machado de Faria e Eça viu-se obrigado a exercer o poder com grande autoridade e firmeza. O conhecimento detalhado das prisões arbitrárias ordenadas pelo coronel, dos abusos perpetrados pelos partidários da sua facção, da delapidação dos bens da Casa da Misericórdia durante o governo interino e sobretudo, as provocações e as incessantes obstruções ao seu governo (em Lisboa já corria a notícia de um pretendo levantamento do coronel contra o governador) levaram-no a ordenar o degredo do coronel Freire de Andrade para a ilha da Boavista, a proibição de qualquer contacto com pessoas da ilha de Santiago e a prisão domiciliária de D. Violante Freire de Andrade na sua fazenda dos Órgãos de onde nunca poderia sair sem ordem régia, autorizando-a apenas a assistir a missas mas proibindo-a de sair de casa com mais de 8 escravos, não podendo qualquer membro dessa família aparecer armado em parte alguma da ilha de Santiago.<sup>23</sup>

O governador António Machado de Faria e Eça pôde então dedicar-se à distribuição de mantimentos a diversas ilhas onde a fome se instalara, sobretudo na Boavista. Nesta ilha o coronel degredado actuava,

---

<sup>23</sup> AHU, *Cabo Verde*, cx. 43, docs. 45 e 58, carta e ordem do governador António Machado de Faria e Maia, respectivamente, 8 de Julho e 5 de Agosto de 1786.



distribuindo recursos e adquirindo partidários, fazendo petições e acusando o governador de administrar com despotismo. Atacado pela doença da terra, o governador incessantemente pedia sucessor o que só se verificou quase um ano depois do cumprimento do seu triénio (1790).

## O GOVERNO DE FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA CARNEIRO (1790- 1795)

Tendo tomado posse em 21 de Janeiro de 1790, uma das primeiras medidas do governador Francisco José Teixeira Carneiro, foi a concessão do deferimento da petição do coronel João Freire de Andrade que imediatamente concretizou o seu regresso à ilha de Santiago. Durante o seu mandato, Francisco José Teixeira Carneiro deixou-se manobrar pelo coronel Freire de Andrade que aproveitando-se da sua fraqueza, revitalizou o seu partido e procurou colocar os seus correligionários em postos civis e militares de chefia.

Francisco José Teixeira Carneiro foi substituído pelo governador **José da Silva Maldonado de Eça** em 19 de Junho de 1795 que apenas governou perto de três meses, tendo falecido a 10 de Setembro do mesmo ano da supradita doença da terra.

## O ÚLTIMO GOVERNO DO CORONEL JOÃO FREIRE DE ANDRADE (1795-1796)

O coronel João Freire de Andrade assumiu então o seu último governo interino, já numa situação política bastante fragilizada porque o novo Bispo, Frei Cristóvão de São Boaventura, recusou-se a partilhar com ele o governo e o juiz ouvidor eleito em pelouro, Francisco da Silva Pereira, rejeitou pactuar com as suas arbitrariedades e corajosamente denunciou os vários atropelos à lei, a apropriação do selo real, a recusa em devolvê-lo à Câmara, sua inata depositária, assim como o aliciamento da maioria dos oficiais camarários.<sup>24</sup>

Configurava-se nos últimos anos de setecentos uma natural luta pelo poder em Santiago, protagonizada pelos 3 coronéis dos Regimentos existentes, 2 reinóis e 1 natural de Santiago, de olhos postos no ambicionado posto de capitão-mor da vila da Praia, cargo que, para além de outras benesses inerentes, possibilitava o acesso ao governo interino local em caso de vacatura. Apesar de ter concorrido a esse cargo, o descrédito a que tinha sido votado e a avançada idade do coronel João Freire de Andrade colocavam-no já fora da corrida pelo poder. Tentou jogar uma última cartada mas sem grande sucesso, procurando aliar-se ao emergente coronel de cavalaria, o recém-nomeado capitão-mor da vila da Praia, Marcelino António Basto. Este militar e antigo escrivão da Fazenda Real não teve de esperar por qualquer vacatura; de modo insólito, a 13 de Agosto de 1796 foi nomeado pela Coroa governador efectivo de Cabo Verde.<sup>25</sup>

Deste modo terminaram as ambições políticas e os governos interinos do coronel João Freire de Andrade que haveria de falecer durante o segundo mandato do governador Marcelino António Basto.<sup>26</sup> Para além dos

---

<sup>24</sup> AHU, *Cabo Verde*, cx. 48, doc. 89, carta do bispo Frei Cristóvão de São Boaventura, em São Nicolau, 14 de Dezembro de 1795. Carta do ouvidor interino, Francisco da Silva Pereira, ao bispo, 3 de Dezembro de 1795.

<sup>25</sup> *Idem*, cx. 49, doc. 28, nomeação de Marcelino António Basto, 13 de Agosto de 1796.

<sup>26</sup> *Idem*, cx. 53, doc. 12, petição de D. Maria da Fonseca Barros, viúva do coronel João Freire de Andrade, ant. Setembro de 1801.

8 anos e 2 meses de participação ou chefia de governos interinos, não há dúvida que deixou profundas marcas nos anais da história das ilhas da segunda metade do século XVIII.

### OS GOVERNADORES DAS ILHAS DE CABO VERDE ENTRE 1767 E 1796

Governador	Data de posse	Fim do governo	Duração
D. João Jácome Baiena Henriques	25 de Dezembro de 1766	4 de Maio de 1767	5 meses
Manuel Gonçalves de Carvalho e João Freire de Andrade (interino camarário)	4 de Maio de 1767	13 de Dezembro de 1769	1 ano e 7 meses
Joaquim Salema de Saldanha Lobo	13 de Dezembro de 1769	3 de Julho de 1776	6 anos e 6 meses
João Freire de Andrade (Junta interina)	3 de Julho de 1776	21 de Maio de 1777	10 meses
António do Vale de Sousa e Meneses	21 de Maio de 1777	19 de Fevereiro de 1781	3 anos e 9 meses
Duarte de Melo da Silva e Castro de Almeida	19 de Fevereiro de 1781	19 de Março de 1781	1 mês
João Freire de Andrade (Junta interina)	19 de Março de 1781	23 de Abril de 1783	2 anos e 1 mês
Bispo D. Frei Francisco de São Simão	23 de Abril de 1783	10 de Agosto de 1783	3 meses e 17 dias
João Freire de Andrade (Junta interina)	10 de Agosto de 1783	1 de Abril de 1785	1 ano e 8 meses
António Machado de Faria e Eça	1 de Abril de 1785	21 de Janeiro de 1790	4 anos e 9 meses
Francisco José Teixeira Carneiro	21 de Janeiro de 1790	19 de Junho de 1795	5 anos e 5 meses
José da Silva Maldonado de Eça	19 de Junho de 1795	10 de Setembro de 1795	Quase 3 meses
João Freire de Andrade (Junta interina)	10 de Setembro de 1795	23 de Novembro de 1796 <sup>27</sup>	1 ano e 2 meses

Nota: Quadro elaborado por mim para a biografia do coronel João Freire de Andrade (em preparação).

<sup>27</sup> Data da tomada de posse de Marcelino António Basto.